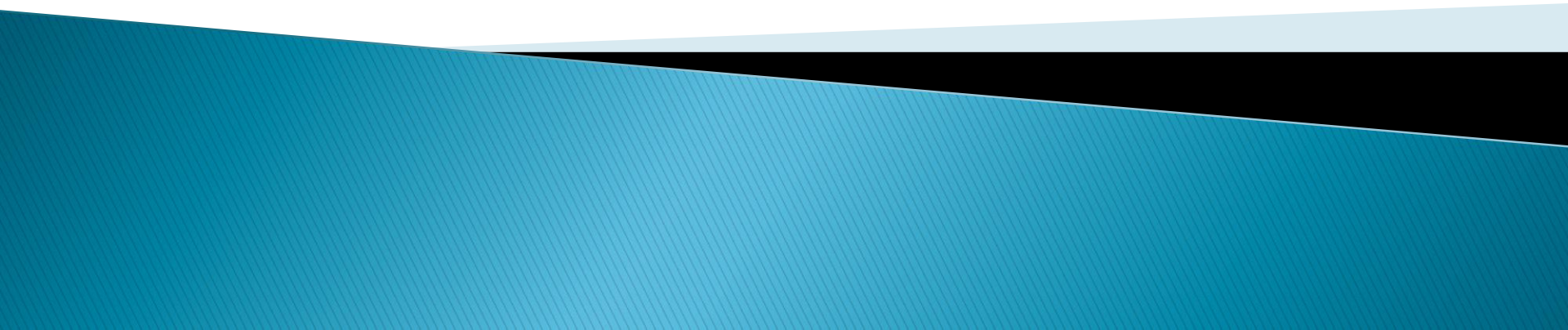


Webinario

Telesaúde

Experiências de cuidado a saúde de
mulheres trans em situação de rua



Palestrante

- ▶ Camile Nascimento
- ▶ Graduada em Educação física (Unime).
- ▶ Especialista em atividade física adaptada (Fib).
- ▶ Graduanda em Serviço Social na(UFBA)
- ▶ Coordenadora do Fórum Baiano LGBTPQIA+.
- ▶ Coordenadora do Fórum de travesti e transexuais da Bahia
- ▶ Membro da articulação nacional de travesti e transexuais.(Antra)
- ▶ Membro do Movimento Negro Unificado (MNU)
- ▶ Membro articulação de travesti e transexuais de Salvador.(ATRAÇÃO)
- ▶ Estagiária de Serviço Social no (CPDD) Bahia

BREVE RELATOS DA VIÔLENCIA TRANS E TRAVESTI NO BRASIL



- ▶
- ▶ Pelo 16º ano consecutiva que o número de assassinatos de pessoas trans apresenta uma redução este ano, revela o Boletim nº 08/2024 da ANTRA.
- ▶ ANTRA lançou o Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Pessoas Trans Brasileiras.
- ▶ Nesta 8ª edição, referente ao ano de 2024, chama atenção o fato de o Brasil continuar sendo o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. A vítima mais jovem tinha 13 anos.
- ▶ Em 2024 122 pessoas trans e travesti foram assassinadas no Brasil.

- ▶ O perfil das vítimas permanecem alarmantes : Pois são majoritariamente , jovens trans negra em situação de extrema vulnerabilidade social, nordestinas e geralmente são assassinadas em espaços públicos e com requinte de crueldade .

CAERR News

caern.alagoas
82 98158-3098

CLAREN . CLAREN . CLAREN . CLAREN . CLAREN . CLAREN . CLAREN .

Vidas trans importam sim !

2024 - 16 anos que o Brasil ocupa o ranking do país que mais mata pessoas trans no mundo



CLAREN . CLAREN . CLAREN . CLAREN . CLAREN .

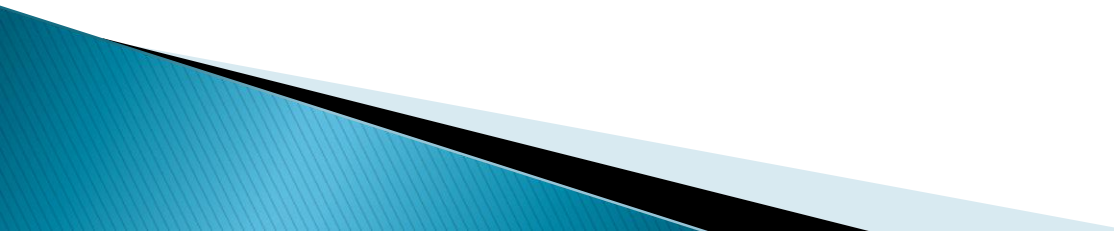
DADOS IMPORTANTES DA POPULAÇÃO DE TRAVESTI E TRANSEXUAIS

- ▶ Brasil ao país que mais mata pessoa LGBTI+ no mundo
- ▶ 90% das pessoas trans e travesti ainda tem a prostituição como fonte de sobrevivência.
- ▶ Brasil é país que mais acessa pornô trans segundo o red tube.
- ▶ Apenas 02% da população trans estão no nível superior no país.
- ▶ Apenas 4% estão no emprego formal com carteira assinada (dossiê da antra)
- ▶ A expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil é de 35 anos .
- ▶ A cada 48 horas uma pessoa lgbti+ é brutalmente assassinada no Brasil
- ▶ 82% das pessoas trans abandonam o ensino médio entre 14 a 18 anos no país (REDETRANSBRASIL)
- ▶ 70% das pessoas trans no Brasil não consegue concluir o ensino médio no país segundo a (ANTRA) pois as violências geralmente são praticadas por docentes, gestores das instituições, além das violências vividas por estudantes .
- ▶ Transfobia compromete a saúde de mulheres trans

As pessoas trans em situação de rua enfrentam vulnerabilidade e risco, e precisam de cuidados de saúde que considerem suas especificidades.

- ▶ **Cuidados de saúde**
- ▶ O acolhimento deve ser centrado na pessoa, considerando sua identidade de gênero, nome social e pronomes
- ▶ O profissional deve perguntar como a pessoa se identifica, e aceitar essa identificação sem questioná-la
- ▶ O SUS oferece terapia de reposição hormonal, que é um dos pilares centrais da transição de gênero
- ▶ O endocrinologista é um profissional fundamental na prescrição, monitoramento e ajuste da terapia hormonal

Dificuldades de acesso

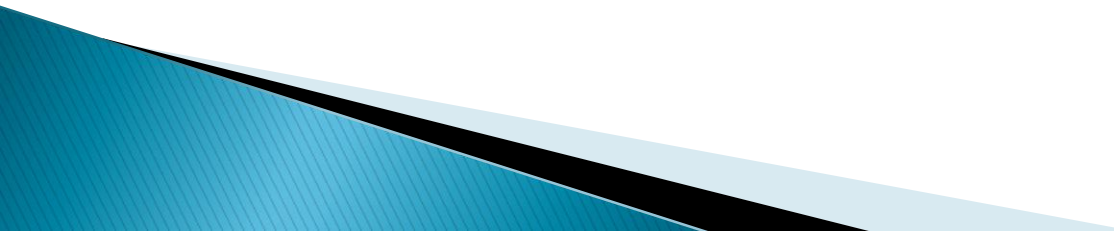
- ▶ A rede formal de cuidados para pessoas trans pode ser limitada
 - ▶ Os profissionais de saúde podem precisar de mais formação e preparo para lidar com as diversidades.
 - ▶ O preconceito, a falta de informação e o despreparo dos profissionais de saúde podem dificultar o acesso aos serviços de saúde
- 

Pessoas trans e travesti em situação de rua

- ▶ Estar em situação de rua expõe as pessoas trans a extrema vulnerabilidade e situação de risco.
- ▶ A combinação de opressões que constituem as subjetividades das pessoas trans em situação de rua pode determinar piores resultados em saúde

Linha do tempo dos direitos a saúde trans e travesti no Brasil

- ▶ As políticas públicas de saúde para pessoas trans no Brasil evoluíram desde a implantação do SUS em 1988
- 2004
- ▶ Lançamento da campanha "Travesti e Respeito" pelo Ministério da Saúde, no primeiro governo de Lula. A campanha visava combater a discriminação e promover o acesso a serviços de saúde. Também é dia da visibilidade trans no Brasil.
- ▶ 2008
- ▶ Instituição do processo transexualizador por meio das portarias nº 457 e 1.707.
- ▶ 2009
- ▶ A portaria nº 1.820 do Ministério da Saúde garante que pessoas que não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento sejam tratadas pelo nome com o qual se identificam socialmente.

- ▶ 2011
 - ▶ Ministério da Saúde editou a portaria que trata da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
 - ▶ 2013
 - ▶ Ampliação e redefinição do processo transexualizador pela portaria nº 2.803. Esta portaria assegurou o uso do nome social no SUS.
 - ▶ 2014
 - ▶ Chegou ao STF a discussão sobre a possibilidade do uso do banheiro de shoppings centers ou outros espaços públicos de acordo com o gênero que as pessoas trans e travestis se identificam.
- 

▶ 2018

▶ STF garantiu o direito à transexuais e travestis de possibilidade de alteração do registro civil, por via administrativa, sem a necessidade de sentença judicial, cirurgia de readequação e/ou quaisquer ações que venham colocar à prova a transexual idade da pessoa.

▶ 2019

▶ A transexualidade foi retirada da lista de doenças da Organização Mundial de Saúde.

▶ A nova resolução 2.265/2019 também prevê a redução da idade mínima para realizar procedimentos cirúrgicos, de 21 para 18 anos. Já o processo de hormonioterapia cruzada pode ser realizado por adolescentes acima de 16 anos. Antes dessa idade, crianças ou adolescentes transgêneros que ainda estão na fase da puberdade podem ser acompanhados por uma equipe multiprofissional, mas sem nenhuma intervenção hormonal ou cirúrgica.

▶ 2020

▶ Atualização nas regras do Conselho Federal de Medicina (CFM) para o atendimento da população trans e travesti na redes públicas de saúde

▶ 2021

▶ Concedida a importante Medida Cautelar na Arguição de descumprimento de preceito fundamental ADPF 787 DF, que determina alterações nos Sistemas do SUS para que marcações de consultas e exames sejam realizadas independentemente do sexo biológico do paciente.

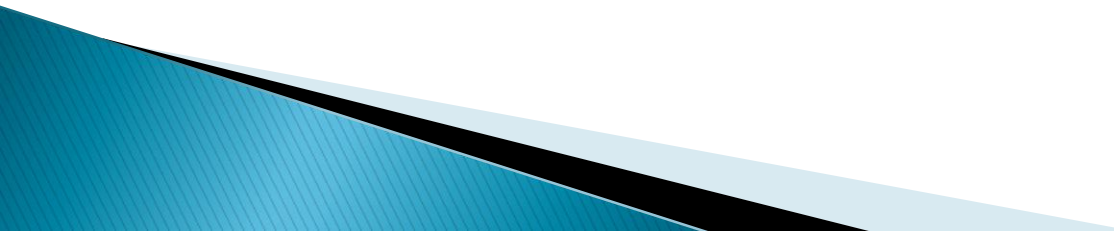
▶ 2023

▶ 85 cirurgias do processo transexualizador no SUS, o terceiro ano com maior número de cirurgias desde 2014.

▶ 2024

A Portaria da SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE /MS nº 1.693/2024 objetiva, portanto, promover o direito à saúde de pessoas transexuais e travestis no Brasil, albergado pelos artigos 6º e 196 da Constituição Federal de 1988, a partir da superação de conceitos estritamente cisnormativos de homem e mulher.

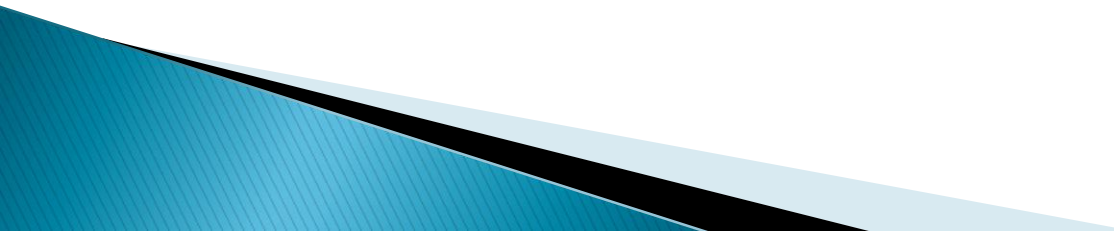
Altera atributo em procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS).



Nome social

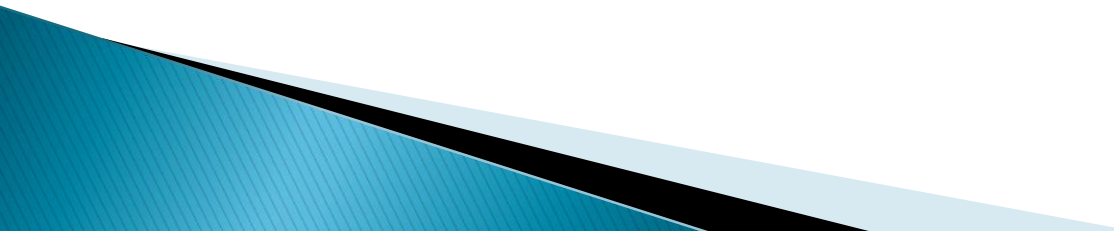
- ▶ O nome social é aquele com o qual a pessoa se identifica e reivindica reconhecimento social buscando ter a sua identidade de gênero legitimada. Diversos diplomas normativos já regulamentaram o direito do uso do nome social à população transexual e travesti, efetivando cidadania e diminuindo as barreiras da discriminação.

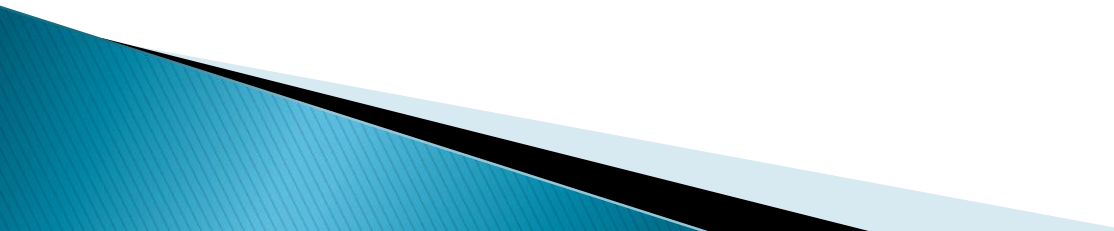
SE LIGUE!

- ▶ A exposição pública do nome de registro é ato que atenta contra a dignidade das pessoas trans e travestis. Além disso, é garantida a utilização de adequado pronome de tratamento. Ou seja, às mulheres travestis e trans identificadas com o gênero feminino devem ser atribuídos pronomes exclusivamente femininos (por exemplo: “ela”, “senhora”) e aos homens trans pronomes eminentemente masculinos (por exemplo: “ele”, “senhor”).
- 

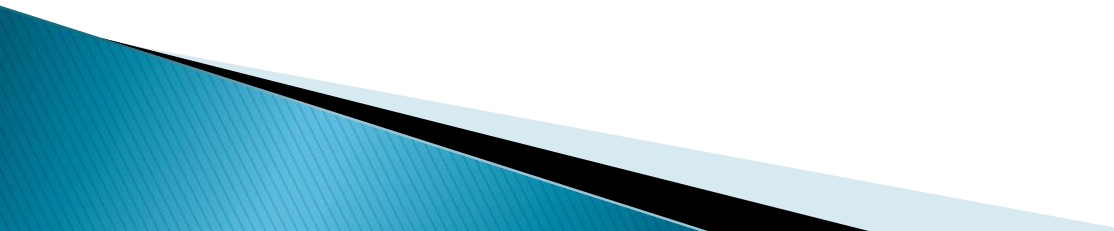
As políticas públicas de saúde para pessoas trans no Brasil incluem a oferta de tratamentos, a garantia de direitos e a promoção da equidade.

▶ **Tratamentos**

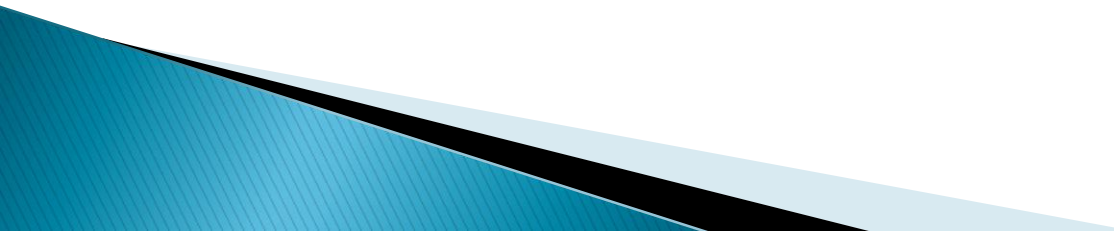
- ▶ Terapia de reposição hormonal, também conhecida como hormonização.
 - ▶ Cirurgia e tratamento de redesignação sexual
 - ▶ Cirurgia plástica mamária reconstrutiva bilateral
- 

- ▶ **Garantia de direitos**
 - ▶ Uso do nome social em órgãos públicos federais
 - ▶ Acesso ao SUS de acordo com o aparato biológico e as necessidades fisiológicas
- 

▶ **Promoção da equidade**

- ▶ Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT, criada em 2011 pelo Ministério da Saúde
 - ▶ Normas e protocolos de atendimento específicos
 - ▶ Ações de prevenção das ists/aids, com especial foco nas populações LGBT
 - ▶ Outros serviços Acompanhamento da saúde educação sexual, Grupos de apoio, Rodas de conversa.
 - ▶ Capacitações com a equipe ou seja educação continuada que vise combater o preconceito e a discriminação.
- 

▶ **Princípios**

- ▶ Respeito ao direito à intimidade e à individualidade
 - ▶ Atendimento sem barreiras burocráticas
 - ▶ Atendimento em condições de igualdade com todo e qualquer cidadão brasileiro
 - ▶ a importância de articular os serviços especializados com a atenção básica e com os profissionais agentes comunitários de saúde.
- 

Obrigada

SER LGBT
NÃO É
OPÇÃO
RESPEITO
É OBRIGAÇÃO

Referências

- ▶ ASSOCIAÇÃO Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA. Cartilha Gênero antrabrasil.org/relatorios/ - acesso em: 11 jan. 2025].
» [//antrabrasil.org/relatorios](http://antrabrasil.org/relatorios)
- ▶ BRASIL. Ministério da Saúde. *Carta dos direitos dos usuários da saúde* Brasília, DF, 2011.
- ▶ BRASIL. Ministério da Saúde. *Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais* Brasília, DF, 2013a.
- ▶ BRASIL. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 2013b.
- ▶ Cartilhas e Manuais da ANTRA: <https://antrabrasil.org/cartilhas/>
- ▶ https://www.ongarco.org/post/dicion%C3%A1rio-lgbtqiap-descomplicando-a-diversidade?gad_source=1&gclid=CjwKCAiA7Y28BhAnEiwAAAdOJUDjSIQ3rQfE9sN4W7iEf8pDqcwQMbX_jfMZN2oVOMp_cmDZPQJ4GhoCPM4QAvD_BwE/
- ▶ <https://www.medicina.ufmg.br/pessoas-transgenero-ainda-enfrentam-barreiras-nos-servicos-de-saude/> acesso em: 11 jan. 2025].
- ▶ Portaria 2.836/11 do Ministério da Saúde - Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Portaria 2.803/2013 do Ministério da Saúde que redefine e amplia o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde
- ▶ Portaria 1.820/2009 do Ministério da Saúde – Dispõe sobre direitos e deveres dos usuários da saúde, garantindo, dentre outros, direito ao uso do nome social, independente do registro civil. Portaria 392/2014 Defensoria Pública do Estado da Bahia - Dispõe sobre o uso do nome social. Decreto Presidencial 8.727/16 - Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Decreto Estadual N°17.523/17 - Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional.